



PLMJ
Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES DE 24 A 28 DE JUNHO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 155/XII](#)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, do Código dos Impostos Especiais de Consumo, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 172/94, de 25 de Junho, e à Lei n.º 28/2012, de 31 de Julho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de Novembro

[Decreto da Assembleia 154/XII](#)

Aprova o crédito fiscal extraordinário ao investimento

AUTARQUIAS LOCAIS

[Declaração n.º 4/2013. D.R. n.º 119, Série I de 2013-06-24](#)

Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna

Torna público quais os países a cujos cidadãos é reconhecida capacidade eleitoral activa e passiva em Portugal nas eleições dos órgãos das autarquias locais

[Resolução da Assembleia da República n.º 85/2013. D.R. n.º 120, Série I de 2013-06-25](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que os relatórios das inspecções às autarquias voltem a ser de acesso público

[Decreto n.º 20/2013. D.R. n.º 120, Série I de 2013-06-25](#)

Ministério da Administração Interna

Fixa a data de 29 de Setembro de 2013 para as eleições gerais para os órgãos das autarquias locais

CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL

[Lei n.º 41/2013. D.R. n.º 121, Série I de 2013-06-26](#)

Assembleia da República

Aprova o Código de Processo Civil

DIREITO PÚBLICO

[Consulte o projecto de revisão do Código das Expropriações](#)

Este diploma é um contributo fortíssimo para a transparência nas áreas do urbanismo e do ordenamento do território», afirmou a Ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, na apresentação do projecto de revisão do Código das Expropriações (CE), que decorreu no dia 25 de Junho, no Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa. A revisão deste Código faz parte das reformas do Estado que o Governo está a empreender.

[Ler mais](#)

ENERGIA

[Decreto-Lei n.º 84/2013. D.R. n.º 120, Série I de 2013-06-25](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Procede à terceira alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, com vista a completar a transposição das Directivas n.ºs [2009/72/CE](#) e [2009/73/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho de 2009, que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da electricidade e do gás natural, respectivamente, e revogam as Directivas n.ºs [2003/54/CE](#) e [2003/55/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2003

[Portaria n.º 207-A/2013. D.R. n.º 120, Suplemento, Série I de 2013-06-25](#)

Ministérios da Administração Interna, da Justiça e da Economia e do Emprego

Aprova o Regulamento de Utilização, Identificação e Instalação de gás de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) em veículos

[Directiva n.º 9/2013. D.R. n.º 121, Série II de 2013-06-26](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Pagamento de compensações por centros electroprodutoras eólicos abrangidos pela aplicação do Decreto-Lei n.º 35/2012, de 28 de Fevereiro

[Directiva n.º 10/2013. D.R. n.º 121, Série II de 2013-06-26](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Tarifas e Preços de Gás Natural para o ano-gás 2013-2014 e Parâmetros para o período de regulação 2013-2016

[Directiva n.º 11/2013. D.R. n.º 121, Série II de 2013-06-26](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Mecanismo de Incentivo à Existência de Trocas Reguladas de GNL

ENSINO E FORMAÇÃO

[Portaria n.º 208/2013. D.R. n.º 121, Série I de 2013-06-26](#)

Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência

Primeira alteração à [Portaria n.º 851/2010](#), de 6 de Setembro, que regula o sistema de certificação de entidades formadoras previsto no n.º 2 do artigo 16.º do [Decreto-Lei n.º 396/2007](#), de 31 de Dezembro

[Despacho n.º 8248/2013. D.R. n.º 120, Série II de 2013-06-25](#)

Ministério da Educação e Ciência - Gabinetes dos Secretários de Estado do Ensino e da Administração Escolar e do Ensino Básico e Secundário

Estabelece o Calendário Escolar e o Calendário de Exames para o ano lectivo 2013-2014

FINANCEIRO

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Reunião do Conselho de Reguladores do Mercado Ibérico de Electricidade realizada a 25 de Junho de 2013](#)

[Reunião do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros de 29 de Abril de 2013](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Relatório n.º 14/2013. D.R. n.º 119, Série II de 2013-06-24](#)

Instituto de Seguros de Portugal

Relatório de Actividade e Contas Anuais 2012

FISCAL

[Despacho n.º 8487-A/2013. D.R. n.º 123, Suplemento, Série II de 2013-06-28](#)

Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Fixação da cor e preço unitário da estampilha especial para tabacos manufacturados, referente ao ano económico de 2014

[Decreto do Presidente da República n.º 70/2013. D.R. n.º 122, Série I de 2013-06-27](#)

Presidência da República

Ratifica o Protocolo Modificativo da Convenção entre Portugal e a Suíça para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital e do seu Protocolo Adicional, assinados em Berna, em 26 de Setembro de 1974, assinado em Lisboa, a 25 de Junho de 2012

[Resolução da Assembleia da República n.º 87/2013. D.R. n.º 122, Série I de 2013-06-27](#)

Assembleia da República

Aprova o Protocolo Modificativo da Convenção entre Portugal e a Suíça para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital e do seu Protocolo Adicional, assinados em Berna, em 26 de Setembro de 1974, assinado em Lisboa, a 25 de Junho de 2012

[Decreto do Presidente da República n.º 71/2013. D.R. n.º 122, Série I de 2013-06-27](#)

Presidência da República

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, a 19 de Novembro de 2012

[Resolução da Assembleia da República n.º 88/2013. D.R. n.º 122, Série I de 2013-06-27](#)

Assembleia da República

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, a 19 de Novembro de 2012

PRIVACIDADE E DADOS PESSOAIS

[Lei n.º 40/2013. D.R. n.º 120, Série I de 2013-06-25](#)

Assembleia da República

Aprova a lei de organização e funcionamento do conselho de fiscalização da base de dados de perfis de ADN e procede à primeira alteração à [Lei n.º 5/2008](#), de 12 de Fevereiro

PROPRIEDADE INTELECTUAL

[Deliberação n.º 1376-A/2013. D.R. n.º 123, Suplemento, Série II de 2013-06-28](#)

Ministério da Justiça - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

Actualização das taxas de propriedade industrial

SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 83/2013. D.R. n.º 119, Série I de 2013-06-24](#)

Ministério da Saúde

Estabelece o seguro do dador de sangue, previsto na [Lei n.º 37/2012](#), de 27 de Agosto

SEGURANÇA SOCIAL

[Aviso n.º 80/2013. D.R. n.º 123, Série I de 2013-06-28](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que foram cumpridas as formalidades para a entrada em vigor do Acordo que Altera o Acordo sobre Segurança Social ou Seguridade Social entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Brasília em 9 de Agosto de 2006

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 15/2013/M. D.R. n.º 122, Série I de 2013-06-27](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova o projecto de revisão constitucional da iniciativa do PSD

[Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2013/M. D.R. n.º 123, Série I de 2013-06-28](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Regulamenta a Bolsa de Emprego Público da Madeira

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Maio de 2013, relativo ao [sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia](#)

Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013 [relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento](#) e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012

Directiva 2013/37/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, que altera a Directiva 2003/98/CE relativa à [reutilização de informações do sector público](#)

Directiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, relativa ao [acesso à actividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento](#), que altera a Directiva 2002/87/CE e revoga as Directivas 2006/48/CE e 2006/49/CE

Directiva 2013/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Junho de 2013, relativa à [segurança das operações offshore de petróleo e gás](#) e que altera a Directiva 2004/35/CE

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Regulamento (UE) n.o 611/2013 da Comissão, de 24 de Junho de 2013, relativo às [medidas aplicáveis à notificação da violação de dados pessoais em conformidade com a Directiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à privacidade e às comunicações electrónicas](#)

Regulamento de Execução (UE) n.o 612/2013 da Comissão, de 25 de Junho de 2013, relativo ao [funcionamento do registo dos operadores económicos e entrepostos fiscais, estatísticas conexas e a apresentação de relatórios](#) nos termos do Regulamento (UE) n.o 389/2012 do Conselho, no âmbito da cooperação administrativa no domínio dos impostos especiais de consumo

Decisão de Execução do Conselho, de 21 de Junho de 2013, que altera a Decisão de Execução 2011/344/UE relativa à [concessão de assistência financeira da União a Portugal](#)

COMISSÃO

[Lituânia assume a Presidência do Conselho da UE após a conclusão do acordo sobre o quadro financeiro da União para os próximos sete anos](#)

Credibilidade, crescimento e abertura são as prioridades da Presidência lituana durante o segundo semestre de 2013. Será agora mais fácil realizar progressos em cada um destes domínios, após a conclusão de um acordo entre os dirigentes nacionais sobre o quadro financeiro da UE para o período de 2014-2020.

[Transporte marítimo: uma primeira etapa para a redução das emissões](#)

Ao propor um ato legislativo que obriga os armadores dos navios de grande porte que demandam os portos da UE a monitorizar e a comunicar as emissões de dióxido de carbono (CO2) dos navios, a Comissão Europeia deu hoje o primeiro passo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos navios. A Comissão publicou igualmente uma comunicação em que expõe a sua estratégia para abordar e reduzir essas emissões, de preferência através de medidas ao nível mundial.

[Auxílio estatal: Comissão aprova regime português de garantia para empréstimos do BEI](#)

A Comissão Europeia aprovou um novo regime de garantia português, através do qual o Estado garante aos bancos os empréstimos concedidos através do Banco Europeu de Investimento (BEI) às empresas em Portugal. O Presidente Barroso referiu "com esta decisão a Comissão Europeia e o BEI reforçam a sua contribuição para o financiamento da economia, o que é essencial para o crescimento e a criação de emprego em Portugal".

[Novos tetos tarifários, mais baixos, para o roaming a partir de 1 de Julho: roaming de dados 36 % mais barato](#)

A partir de 1 de Julho de 2013, o regulamento da União Europeia relativo ao roaming baixará as tarifas máximas do descarregamento de dados em 36 %, passando a ser muito mais barato utilizar mapas, ver vídeos, verificar mensagens e actualizar as redes sociais enquanto se viaja pela UE. O roaming de dados passará a ser até 91 % mais barato em 2013, em comparação com 2007.

[Facturação electrónica nos contratos públicos: um novo passo no sentido da contratação pública electrónica do princípio ao fim e da administração pública em linha na Europa](#)

A Comissão Europeia apresentou hoje uma proposta de directiva sobre a facturação electrónica nos contratos públicos, acompanhada de uma comunicação em que define a sua perspectiva sobre a digitalização integral do processo de contratação pública, a chamada «contratação pública electrónica do princípio ao fim».

[Novos fundos para facilitar o investimento a longo prazo](#)

A Comissão Europeia propôs dia 26 de Junho um novo enquadramento para fundos de investimento destinados aos investidores que pretendam investir a longo prazo em empresas e projectos. Os **chamados Fundos Europeus de Investimento a Longo Prazo (ELTIF)**, privados, investirão apenas em empresas que precisem de dinheiro por longos períodos de tempo.

[Reforma da PAC – explicação dos principais elementos](#)

[Os fundos de emergência destinados aos trabalhadores despedidos devem ser pagos mais rapidamente, declaram os auditores da UE](#)

Segundo o novo relatório do Tribunal de Contas Europeu, o guardião das despesas da UE, um fundo especial destinado a apoiar os trabalhadores despedidos devido à globalização gera um valor acrescentado europeu apenas limitado e deverá ser substituído por um sistema mais eficiente.

[Ajudar as empresas a aceder a financiamento da UE: portal único inclui agora fundos estruturais](#)

A partir de hoje, as empresas em toda a Europa passarão a ter um acesso mais fácil a um financiamento que lhes é muito necessário, uma vez que a Comissão Europeia alargou o portal único sobre o financiamento da UE, passando a incluir nele os fundos estruturais: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE).

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

[A UE acolhe o 28.º Estado-Membro – a Croácia](#)

A Croácia é o primeiro país dos Balcãs Ocidentais a aderir à União Europeia. A sua adesão, em 1 de Julho de 2013, é o resultado de um processo negocial que durou uma década

[CONSELHO EUROPEU – CONCLUSÕES, 27 e 28 de Junho de 2013.](#)

- I. EMPREGO DOS JOVENS
- II. CRESCIMENTO, COMPETITIVIDADE E EMPREGO
- III. COMPLETAR A UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA
- IV. DIVERSOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

O advogado-geral Niilo Jääskinen considera que [os prestadores do serviço de motor de pesquisa não são responsáveis, com base na directiva relativa à protecção de dados, pelos dados de carácter pessoal exibidos nas páginas da Internet que tratam](#)

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 27 DE JUNHO DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Rectificação da área da concessão dominial atribuída à Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC, S.A.), bem como a afectação à área de jurisdição da Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. (APVC, S.A.) das parcelas de terreno assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos nelas implantados.
- Proposta de lei que cria a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ).
- Regime jurídico dos graus académicos e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

(...)

A presente Newsletter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newsletter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.



“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012
The Lawyer European Awards, 2012
Who's Who Legal Awards, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011



“6ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa”
Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012



“Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente”
Clients Choice Award – International Law Office, 2008, 2010

